

IZABEL LEITE SEMAAM

**ADAPTAÇÕES CURRICULARES PARA PORTADORES DE NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS, NA ESCOLA COMUM.**

PONTAL DO PARANÁ

2004

IZABEL LEITE SEMAAM

**ADAPTAÇÕES CURRICULARES PARA PORTADORES DE NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS, NA ESCOLA COMUM.**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista no Curso de Pós-Graduação em Educação Inclusiva/Educação Especial, realizado pela UPPR – Universidade Federal do Paraná , em convênio com o CEAD- Centro de Educação a Distância

Orientação: Mestra Maria Beatriz

Sandoval Filártica Ale.

PONTAL DO PARANÁ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR –

TERMO DE APROVAÇÃO

**ADAPTAÇÕES CURRICULARES PARA PORTADORES DE NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS, NA ESCOLA COMUM.**

IZABEL LEITE SEMAAN

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação – Especialização em
Educação Inclusiva/ Educação Especial , realizado

CONCEITO:_____

PROF. _____

PONTAL DO PARANÁ

2004

Que Deus me dê: serenidade para os casos que não posso mudar, coragem para as que posso e sabedoria para distinguir entre elas. (Reinold Niebuhr)

As pessoas especiais são aquelas que têm a habilidade de dividir duas vidas com os outros.

As pessoas especiais são aquelas que têm a habilidade de se doar aos outros, e de ajuda-los com as mudanças que surgem em seus caminhos.

As pessoas especiais são aquelas que se permitem os prazeres de estar próximo aos outros e importar-se com a felicidade deles.

Elas vieram para entender que o amor é o que faz a diferença na vida.

As pessoas especiais são aquelas que realmente tornam a vida bela.

Muitas pessoas entram e saem da nossa vida, mas apenas AMIGOS deixam marcas no coração.

Eu acredito que os AMIGOS são mais ou menos como Anjos que levantam nossos pés quando nossas asas Esquecem como se voa. Obrigado aos meus amigos que contribuíram para realização desta pesquisa.

Agradeço a minha mãe e meu filho, que foram compreensíveis durante toda minha ausência, junto a eles neste período.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	08
2.JUSTIFICATIVA	10
3.DESENVOLVIMENTO.....	14
3.1. ALGUNS CONCEITOS	15
3.1.1.EDUCAÇÃO ESPECIAL	15
3.1.2.EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	16
3.1.3.CURRÍCULO	17
3.1.PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO	18
3.2.ADAPTAÇÕES CURRICULARES	19
3.2.1. ADAPTAÇÕES DEACESSO AO CURRÍCULO.....	22
3.2.2. ADAPTAÇÕES DE OBJETIVOS	24
3.2.3.ADAPTAÇÕES DE CONTEÚDO	25
3.2.4.ADAP.DO MET.DE ENSINO E DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA.....	26
3.2.5.ADAPTAÇÃO DE SISTEME DE AVALIAÇÃO	27
3.2.6.ADAPTAÇÕES DE TEMPORALIDADE.....	28
3.2.7. ADAPTAÇÕES CURRICULARES SIGNIFICATIV.....	29
3.2.7.1. COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÃO	32
3.2.8. ADAPTAÇÕES NÃO SIGNIFICAVAS	33
3.2.9. ADAPTAÇÕES ESPECIFIC	37
3.3. DIVERSIFICAÇÃO CURRICULAR	46
3.4.SISTEMA DE APOIO	47
3.5.DOCUMENTOS DE REGISTROS DE ADAPT.CURRICULARES	48
4.CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
5.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

1- INTRODUÇÃO.

Adaptações Curriculares, constituem um conjunto de modificações, que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologias, para atender às diferenças individuais dos alunos, que no momento apresentam necessidades educacionais especiais..

As manifestações de dificuldades de aprendizagem na escola apresentam-se como um contínuo, desde situações leves e transitórias que podem se resolver espontaneamente no curso do trabalho pedagógico até situações mais graves e persistentes, que requerem o uso de recursos especiais para a sua solução. Atender a esse contínuo de dificuldades requer respostas educacionais adequadas envolvendo graduais e progressivas adaptações do currículo.

Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Nessas circunstâncias, as adaptações curriculares implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios que definem: o que o aluno deve aprender, como aprender, que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno.

A preparação e a dedicação da equipe educacional e dos professores, o apoio adequado e recursos especializados, quando forem necessários; são aspectos que precisam ser considerados, para que alunos com necessidades educacionais,

possam participar integralmente em um ambiente rico de oportunidades educacionais com resultados favoráveis.

As adaptações curriculares estão focalizadas, na interação entre as necessidades do educando e as respostas educacionais a serem propiciadas.

Devem ser destinadas aos que necessitam de serviços e/ou situações especiais de educação, realizando-se preferencialmente, em ambiente menos restritivo e pelo menor período de tempo, de modo a favorecer a promoção do aluno a formas cada vez mais comuns de ensino.

As necessidades especiais revelam que tipo de ajuda, diferentes das usuais, são requeridas de modo a cumprir as finalidades da educação. As respostas a essas necessidades devem estar previstas e respaldadas no Projeto Pedagógico da escola, não por meio de um currículo novo, mas, da adaptação progressiva do regular, buscando garantir que os alunos com necessidades especiais participem de uma programação tão normal quanto possível, mas considere que podem ser da maior ou menor expressividade.

Essa é a essência das adaptações curriculares, entendidas como um conjunto de estratégias que permitam adequar os conteúdos mínimos do currículo as necessidades de aprendizagem de cada aluno.

2. JUSTIFICATIVA

Com muita propriedade, afirma-se que o currículo escolar traduz as intenções de um sistema educativo para com seu alunado. Em outras palavras, definir um currículo significa eleger princípios e valores considerados significativos para a qualidade e formação a ser oferecida na escola, a todos os alunos, indiscriminadamente.

A instituição escolar tem um serio compromisso com o acesso ao saber historicamente acumulado instrumento indispensável à formação e ao exercício da cidadania.

O aluno é o sujeito do processo ensino aprendizagem. Como tal, suas características e necessidades pessoais devem ser conhecidas e respeitadas para organização do ensino, como vista a qualidade de sua aprendizagem.

Para que todos os alunos, sem exceção, desfrutem da igualdade de oportunidades de apropriação do saber, do saber fazer e do saber ser, há que considerar-lhes as diferenças individuais e as necessidades educativas delas decorrentes.

Como bem afirma Novaes (1991:1) cada um de nos é um “mesmo diferente” o que significa que, embora tenhamos muitas semelhanças (... como a de pertencemos ao gênero humano...), apresentamos inúmeras diferenças. Em alguns indivíduos elas são mais acentuadas e significativas.

Mais que concordar , faz-se necessário que todos os professores **assumam** que as diferenças individuais no processo de aprendizagem são inerentes à condição humana.

A literatura considerada esse numeroso e heterogêneo grupo de alunos (portadores ou não de deficiência, com conduta típica de síndrome neurológica, psiquiátricas e quadros psicológicos graves e os de altas habilidades) como alunos que apresentam necessidades educacionais especiais e requerem respostas educativas escolares, e eles educadas.

Trata-se de um **continuo de diferentes individuais**, que devem ser respeitadas na organização das ações educativas. Precisam estar ajustadas às necessidades educacionais dos alunos, sem o prejuízo do direito de todas à aprendizagem dos conteúdos curriculares.

A intervenção educativa como processo interativo que é, pressupõe ajustes apropriados a tais necessidades, sempre visando o alcance dos quatro alicerces da educação apontados por Delors (1997): aprender a conhecer. Aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser (p.7).

Tais adaptações também se organizam num contínuo que vai desde pequenas modificações na programação das aulas, ate mudanças significativas e que distanciam consideravelmente do projeto curricular estabelecido (estas, bem menos freqüentes).

A utilização de adaptações curriculares para o processo de ensino/aprendizagem escolar de crianças com necessidades educacionais especiais

(Por serem portadoras de deficiência, ou não), tem gerado muita polêmica entre os educadores que defendem a escola inclusiva, alegam eles que os currículos adaptados para alguns podem ser fontes de discriminações, ainda que tais alunos estejam freqüentando a mesma turma de seus pares, ditos normais.

Esta é uma questão séria e que precisa ser discutida pelos educadores, em busca da **conciliação entre o ensino e as características de quem aprende**, sem prejuízo dos processos interativos (aluno-professor, aluno-aluno, aluno-conteúdos da aprendizagem, aluno-contexto escolar). Cabe a ressalva porque, no cotidiano das salas de aula, lamentavelmente, muitas vezes constata-se que, em nome das adaptações curriculares e sob a idéia de atender às necessidades educativas especiais de algumas crianças, turmas, mas que não participam das atividades desenvolvidas pelos demais colegas. Não é esse o propósito, ao se proporem as adaptações curriculares.

Embora extremamente complexa, esta proposta de individualização do processo ensino-aprendizagem, é uma necessidade que se impõe, para evitar os elevados e inaceitáveis índices de fracasso escolar com que temos convivido. Muitos são decorrentes da inadequação das respostas educativas oferecida na escola aos inúmeros alunos que apresentam necessidades educativas especiais.

Com essa pesquisa pretende-se introduzir, aos interessados as questões das Adaptações Curriculares, para que a qualidade das respostas educativas venham de encontro as necessidades desses alunos. E principalmente levar informações para que haja reflexões capazes de alterar paradigmas estabelecidos, só assim as informações irão virar conhecimento, possibilitando mudanças de mentalidade e

conseqüentemente de atitudes e postura que venha preservar o principio elementar do ato educativo, voltado para os fins da educação nacional que são gerais e comuns a todos os indivíduos.

3. DESENVOLVIMENTO.

A perspectiva de educação para todos constitui um grande desafio, quando a realidade aponta para uma numerosa parcela de excluídos do sistema educacional sem possibilidade de acesso à escolarização, apesar dos esforços empreendidos para a universalização do ensino.

Enfrentar esse desafio é condição essencial para atender à expectativas de democratização da educação em nosso país e às aspirações de quantos almejam o seu desenvolvimento e progresso.

Assim, desprende-se a importância da educação escolar no exercício da cidadania que implica a efetiva participação da pessoa na vida social resguardada a sua dignidade, a igualdade de direitos, a importância da solidariedade e do respeito, bem como a recusa categórica de quaisquer formas de discriminação.

O movimento nacional para incluir todas as crianças na escola é o ideal de uma escola para todos vêm dando rumo às expectativas educacionais para os alunos com necessidades especiais.

A inclusão escolar constitui, portanto uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável. Impõem-se como uma perspectiva a ser pesquisada e experimentada na realidade brasileira reconhecidamente ampla e diversificada.

A escola para todos requer uma dinamicidade curricular que permita ajustar a fazer pedagógico as necessidades dos alunos.

3.1. ALGUNS CONCEITOS.

3.1.1. EDUCAÇÃO ESPECIAL

Enquanto modalidade de educação escolar, entende-se a Educação Especial como um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizadas para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentam necessidades educacionais muito diferentes da maioria das crianças e jovens.

Tal compreensão nos permite definir a Educação Especial numa perspectiva de inserção social ampla, historicamente diferenciado de todo os paradigmas até então exercitadas como modelos formativos, técnicos e limitado de simples atendimento. Trata-se, portanto, de uma educação escolar, onde suas especificidades, em todos os momentos, devem estar voltados para a prática da cidadania, em uma instituição escolar dinâmica que valorize e respeite a diversidade do aluno. O aluno é sujeito em seu processo de conhecer, aprender, reconhecer e produzir a sua própria cultura.

Os sujeitos desse processo são educandos que apresentam, predominantemente, necessidades educacionais especiais, temporariamente ou não.

3.1.2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A idéia de uma sociedade inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica inerente à constituição de qualquer sociedade. Partindo desse princípio e tendo como horizonte o cenário ético dos Direitos Humanos, sinaliza a necessidade de se garantir o acesso e a participação de todos, a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo e/ou grupo social.

3.1.3 .CURRICULO

Segundo Coll (1996), o currículo é um elo entre a declaração de princípios gerais e sua tradução operacional, entre o planejamento e a ação, entre o prescrito e o que realmente sucede nas salas de aulas (p.33).

Ainda esse mesmo autor (p.45) , currículo é o projeto que preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona guias de ação adequadas e úteis para os professores que são diretamente responsáveis por sua execução. Para isso o currículo proporciona informações concretas sobre o que ensinar, quando ensinar, como ensinar e que, como e quando avaliar.

Os grifos que foram acrescentados justificam-se para destacar os componentes do currículo, isto é: os conteúdos programáticos, sua seqüência temporal, a metodologia de ensino e a avaliação do processo ensino – aprendizagem, , respectivamente.

Em ultima análise o currículo escolar deve ser entendido como o conjunto de experiências que a escola oportuniza aos alunos, objetivando seu desenvolvimento integral pois é a educação que permite ao homem assimilar a experiência historicamente acumulada e culturalmente organizada.

As atividades da educação escolar caracterizam-se por serem intencionais, sistemáticas e planejadas pelos educadores. A administração Educativa Central compete organizar os parâmetros curriculares nacionais, nos quais a escola vai se basear para construir seu próprio projeto curricular.

3.1.4. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.

O projeto político – pedagógico de uma escola é o instrumento teórico metodológico, definidor das relações da escola com a comunidade a quem vai atender, explicita o que se vai fazer, porque se vai fazer, para que se vai fazer, para quem se vai fazer e como se vai fazer.

É nele que se estabelece a ponte entre a política educacional do município e a população, por meio da definição dos princípios, dos objetivos educacionais, do método de ação e das práticas que serão adotadas para favorecer o processo de desenvolvimento e da aprendizagem das crianças e adolescentes da comunidade.

Seu desenvolvimento requer reflexão, organização de ações e a participação de todos – professores, funcionários, pais e alunos, num processo coletivo de construção. Sua sistematização nunca é definitiva, o que exige um planejamento participativo, que se aperfeiçoa constantemente durante a caminhada.

3.2. ADAPTAÇÕES CURRICULARES .

Nas considerações gerais que introduzem este trabalho, procurou-se evidenciar que as Adaptações Curriculares devem ser entendidas como mais um instrumento que possibilita maiores níveis de individualização do processo ensino – aprendizagem escolar, particularmente voltado aos alunos que apresentam necessidades educativas especiais.

Consistem em modificações realizadas pelos professores espontaneamente, e em todas as estratégias que são intencionalmente organizadas para dar respostas às necessidades de cada aluno, particularmente dos que apresentam dificuldade de aprendizagem.

E com essa conotação que Manjón (1995:81) cita o conceito elaborado pelo Ministério da Educação e Ciência da Espanha (1992)

quando se fala de adaptações curriculares se está falando sobretudo e em primeiro lugar, de uma estratégia de planejamento e de atuação dos docentes e, nesse sentido, de um processo para tratar de responder às necessidades de aprendizagem de cada aluno(...) fundamentado em uma série de critérios para guiar a tomada de decisões a respeito do que o aluno e a aluna deve aprender, como e quando, e qual é a melhor forma de organizar o ensino de modo que todos saiam beneficiados.

Uma educação de qualidade para atender à diversidade do alunado não deve ser sinônimo de uma diversidade de educações, tal como tem ocorrido com a

educação especial, ainda conceituada por muitos como subsistema paralelo ao ensino regular.

Sendo atendidas como instrumentos para superar as dificuldades de aprendizagem, as Adaptações Curriculares ficam em consonância com o pensamento de Gortázar (1990) citado por Manjón (op.cit.) quando afirma:

as respostas às necessidades educativas especiais se encontram mais em estratégias organizativas de que em tratamentos muito especializados. Por isso, em muitos países, os esforços estão centrados atualmente em modificações sistemáticas na ecologia da aula como a melhor forma de ajudar a esses alunos (p.369).

Ratificando esses conceitos Manjón, Gil e Garrido (1997) afirmam que as Adaptações Curriculares são “antes de mais, um procedimento de ajuste paulatino da resposta educativa, que poderá desembocar, ou não, conforme o caso **num programa individual**” (p.61).

O grifo acrescentado justifica-se pela oportunidade de esclarecer que, na sua aplicabilidade, as Adaptações Curriculares podem ser individualizadas como para pequenos grupos integrados nas salas do ensino regular e, até para turmas inteiras que estejam, ainda, em classes ou escolas especiais.

Tem como finalidade conseguir a maior participação possível dos alunos que apresentam necessidades educativas especiais em todas as atividades desenvolvidas no projeto curricular da escola e na programação da sala de aula.

Levar tais alunos a atingir os objetivos de cada nível do fluxo educativo, por meio de um currículo adequado às necessidades.

Evitar a elaboração de currículos específicos para alunos portadores de necessidades educacionais especiais que apresentem características significativas diferenciadas das de seus pares.

32.1. ADAPTAÇÕES DE ACESSO AO CURRÍCULO.

Conforme nos diz os Parâmetros Curriculares Nacionais as adaptações de acesso ao currículo referem-se às previsões e provisões de recursos técnicos e materiais, bem como à remoção de barreiras arquitetônicas que impedem ou dificultam a alguns alunos, o acesso às experiências de aprendizagem.

Os meios de acesso ao currículo, para qualquer aprendizagem, implicam em serviços educativos e em recursos materiais e ambientais necessários à prática pedagógica. Os alunos com necessidades educacionais especiais requerem, além desses mesmos meios, alguns outros a eles complementares como é o caso de:

- meios pessoais de acesso para alunos que, em função de suas necessidades específicas necessitam de determinados tipos de reforço pedagógico especializado, orientação à família, tratamentos de reabilitação personalizados (psicomotricidade, ludoterapia, fisioterapia, fonoaudiologia, etc), dentre outros procedimentos individualizados. Nem todos eles são oferecidos na própria escola, o que vai exigir da família um esforço adicional de procurar tais recursos, em horários e locais destinados pela escola. Sem esquecer que tais recursos são necessários e indispensáveis para permitir-lhes o acesso à aprendizagem.
- Recursos materiais de natureza prática, tais como: lupas, regletes, punção, sorobã, tipos ampliados, recursos instrucionais em relevo, Braille para alunos cegos ou visão reduzida, língua de sinais, prótese

auditivas, material ilustrado de comunicação impressa, para alunos surdos, etc.

Todos esses e inúmeros outros são recursos materiais para facilitar o acesso à experiência de aprendizagem. Porém é preciso enfatizar que eles não têm efeito compensatório e nem substituem os meios usuais de acesso ao currículo. São complementares devendo ser previsto e providos por seu valor pedagógico e segundo as características específicas do alunado.

recursos ambientais: como a eliminação de barreiras arquitetônicas ou atitudinais que limitam as experiências de aprendizagem dos alunos que apresentam necessidades educativas especiais. Como exemplo; as rampas, para a acessibilidade dos que têm dificuldade locomotora; rampas deslizantes, elevador, banheiro, pátio de recreio, barras de apoio, as adaptações nas instalações físicas, como o tamanho de portas, colocação de barra de sustentação em sanitários e corredores, as sinalizações no chão, o mobiliário especial ou adaptado (como cadeiras escolares que possam ser usadas por alunos que fazem uso da cadeiras de rodas), colocação de extintores de incêndio em posição mais alta, colocação de corrimão em escadas, etc.; dentre outras. Que cada aluno recebido a adaptação seja feita segundo as suas necessidades, tornando assim, que sua participação nas atividades de ensino- aprendizagem, alcance os mesmos objetivos que os ditos como “normais”.

3.2.2. ADAPTAÇÕES DE OBJETIVOS.

Segundo nos diz os Parâmetros Curriculares Nacionais/ Adaptações Curriculares Nacionais / Estratégias para a Educação de alunos com Necessidades Educacionais quanto a Adaptação de Objetivos se refere à, possibilidade de se eliminarem objetivos básicos, ou de se introduzirem objetivos específicos, complementares e/ou alternativos, como forma de favorecer que alunos com deficiência possam conviver regularmente, em sua vida escolar, com outros alunos, beneficiando-se o máximo possível das possibilidades educacionais disponíveis.

Não se deve esquecer que a decisão de se ajustar objetivos de ensino para um determinado aluno não pode jamais ser provocada por que o professor está cansado de tentar ensinar para alguém que apresenta dificuldades.

Jamais, também, ela pode ser determinada pelos interesses do professor, ou da escola, ou da burocracia, etc.

Essa decisão, deve ser sempre determinada pela análise crítica de como a escola poderá melhor cumprir com os objetivos educacionais a que se propõe, aliado ao que for de maior benefício para o aluno em questão.

3.2.3. ADAPTAÇÃO DE CONTEÚDOS.

Conforme nos diz os Parâmetros Curriculares Nacionais/ Adaptações Curriculares Nacionais / Estratégias para a Educação de alunos com Necessidades Educacionais são constituídas de conteúdos específicos, complementares e/ou alternativos, e de eliminação de conteúdos básicos do currículo, determinados pelas adaptações de objetivos já realizados.

Assim, se um determinado objetivo for eliminado do plano de ensino, o conteúdo a ele correspondente será também eliminado do processo de ensino e aprendizagem. Da mesma forma, se novos objetivos forem introduzidos no plano de ensino para um determinado aluno, os conteúdos a eles correspondentes passarão também a fazer parte do processo de ensino e aprendizagem.

Dessa forma o professor poderá ter de trabalhar com um plano de ensino, destinados a atender a necessidades especiais de um ou outro aluno, conforme orientação da equipe de apoio (da qual ele, professor também faz parte).

3.2.4. ADAPTAÇÕES DO MÉTODO DE ENSINO E DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA.

Haverá casos de alunos cujas necessidades especiais exigirão, para sua satisfação, a adoção de métodos bastante específicos de ensino. Esses alunos deverão ser orientados por profissionais especializados.

Ainda nessa categoria encontra-se a organização diferenciada da sala de aula, necessária para garantir o atendimento das necessidades especiais de um determinado aluno, o que demanda decisão política, ações executivas e gastos da parte de instâncias administrativas superiores.

3.2.5. ADAPTAÇÃO DE SISTEMA DE AVALIAÇÃO.

“ As adaptações significativas na avaliação estão vinculadas às alterações nos objetivos e conteúdos que foram acrescentados no Plano de Ensino ou dele eliminados. Desse modo, influenciam os resultados que levam, ou não à promoção do aluno e evitar a “cobrança”, de conteúdos e habilidades que possam estar além de suas atuais possibilidades de aprendizagem e aquisição.” (Brasil, 1999, p. 40)

Essa categoria de modificação no sistema regularmente utilizado tem que ser entendido no contexto da função da avaliação. Deve-se nos lembrar que o principal papel de um processo de avaliação não é identificar quem é “o melhor” da classe, ou quem é “o pior”, como nos habituamos a fazer na história de nossa prática educacional.

As adaptações curriculares, permitem que sejam reajustadas constantemente os plano e as ações de ensino de forma a atender às necessidades dos alunos em seu processo de aprender.

Neste contexto, fica mais fácil compreender as adaptações no método de avaliação. Por exemplo: Um aluno cego terá grande dificuldade para fazer uma prova escrita, já que não dispõe de recurso visual necessário para isso. Por outro lado, dificilmente um professor do ensino regular domina a leitura em braile. A dificuldade, entretanto, de se proceder à avaliação do aluno pode ser facilmente resolvida, se for facultado pelo professor solicitar que o aluno cego faça sua prova em braile e, assim que a terminar, leia sua prova em voz alta para o professor. Dessa forma, ele se diferenciará dos demais, no sentido que estará igualmente “fazendo” a prova, como também tornará fácil ao professor acessar o conteúdo produzido pelo aluno.

A regulamentação exige que uma decisão desse tipo seja aprovada pelas instâncias administrativas superiores.

Outra adaptação é a de se garantir homogeneidade etária das turmas de alunos, requer também decisões das instâncias administrativas. E a elas que vão tomar a decisão de manter o aluno com necessidades educacionais especiais em turma cujos alunos estejam na mesma faixa etária.

Fazer adaptações no sistema de avaliação não deve ser confundido e nem se tomar como decisão, aprovações indiscriminadas e inconseqüentes de alunos, nem para “empurrar” o aluno com necessidades especiais para séries mais avançadas, só para ele sair do sistema e ser mais um com uma conclusão de curso.

Pelo contrário, abrir a possibilidade de se adaptar o sistema de avaliação para determinado aluno em função de suas necessidades especiais é um dos pontos principais para se conseguir avaliar a aprendizagem com responsabilidade e poder, então promover os ajustes que se tornam necessários no processo de ensino.

3.2.6. ADAPTAÇÃO DE TEMPORALIDADE.

Segundo os Parâmetros Curriculares nacionais alunos com necessidades especiais devem ter um Plano Individualizado de Ensino, quando se fizer necessário, podendo ser elaborado com apoio do ensino especial no início, e por ele atualizado continuamente, em função de seu desenvolvimento e aprendizagem. Este Plano é o ponto fundamental de sua vida escolar. O Plano deverá, também ser seqüencialmente seguido.

3.2.7.ADAPTAÇÕES CURRICULARES SIGNIFICATIVAS

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, nos diz que as Adaptações Curriculares Significativa são também conhecida, como adaptações de Grande Porte.

Sabe-se que cada aluno tem:

- Sua própria história de vida;
- Sua própria historia de aprendizagem anterior;
- Características pessoais em seu modo de aprender. Há os que aprendem melhor por meio da via visual (leitura, filmes, observação, etc.), há os que necessitam de maior utilização do concreto, bem como os que já operam bem no nível abstrato. Enfim, cada um é diferente do outro, tanto em termos de suas características físicas, sociais, culturais, como de seu funcionamento mental.

Sabe-se também, que não há aprendizagem se não houver um ensino eficiente. Para que haja um ensino produtivo e eficiente, entretanto há que se considerar as características e peculiaridades de cada aluno, que devem direcionar as respostas educacionais que o sistema dará a cada um e a todos os alunos.

As necessidades especiais revelam que tipos de estratégias, diferentes das usuais, são necessárias para permitir que todos os alunos inclusive as pessoas com

deficiência, participem integralmente das oportunidades educacionais, com resultados favoráveis, dentro de uma programação tão normal quanto possível.

Algumas dessas estratégias compreendem ações que são da competência e atribuição das instâncias político - administrativas superiores, já que exigem modificações que envolvem ações de natureza política, administrativa, financeira, burocrática, etc. A essas adaptações, chamamos de Adaptações Curriculares de Grande Porte ou Significativas.

Antes de se começar a realizar as Adaptações Curriculares de Grande Porte; terá que ser considerado a:

- real necessidade do aluno;
- relação entre o nível de competência curricular do aluno e a proposta curricular regular.
- O caráter processual do desenvolvimento humano e da aprendizagem, permanecendo aberto para subseqüentes alterações nas decisões tomadas.

Há que se enfatizar a importância de que qualquer adaptação curricular de grande porte recomendado sirva sempre para o melhor aproveitamento e enriquecimento da escolaridade do aluno.

É necessário enfatizar também que sempre se deva adotar, um estudo de caso e que deve se ter critérios que evitem adaptações curriculares de grande porte

desnecessárias, especialmente as que implicam em supressão de conteúdo, eliminação de disciplinas, ou de áreas curriculares complexas.

De maneira geral, as adaptações curriculares de grande porte serão úteis para atender à necessidade especial do aluno quando houver discrepância entre suas necessidades e as exigências do currículo regular.

Deixa-se claro que não se trata de “abrir mão” da qualidade do ensino, ou de empobrecer as expectativas educacionais para os alunos, mas de permitir a alunos com deficiência que apresentam necessidades educacionais especiais o alcance de objetivos educacionais que lhe sejam viáveis e significativos, em ambiente inclusivo, como qualquer outro.

3.2.7.1. COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

No âmbito das atribuições formais, cabe a Secretaria Municipal de Educação juntamente com a Direção Escolar a responsabilidade:

- 1) Mapear a população que será atendida pela rede escolar;
- 2) Identificar as necessidades especiais presentes nessa população;
- 3) Identificar quais são as adaptações curriculares de grande porte que devem ser providenciadas, de forma a permitir o acesso e a participação de todos os alunos no cotidiano escolar;
- 4) Planejar a implementação dessas adaptações, incluindo providências a serem tomadas a curto, a médio e a longo prazo;
- 5) Implementar as adaptações de acesso ao currículo e as curriculares de grande porte que lhe são atribuição e responsabilidade;
- 6) Flexibilizar a organização e o funcionamento da escola, de forma a atender à demanda diversificada dos alunos;
- 7) Viabilizar a atuação de professores especializados e de serviço de apoio para favorecer o processo educacional.

3.2.8. ADAPTAÇÕES NÃO SIGNIFICATIVAS.

Também chamadas de adaptações de Pequeno Porte e são modificações promovidas no currículo, pelo professor, de forma a permitir e promover a participação produtiva dos alunos que apresentam necessidades especiais no processo de ensino e aprendizagem, na escola, juntamente com seus colegas da mesma faixa etária. São denominadas de Pequeno Porte, porque sua implementação encontra-se no âmbito de responsabilidade e de ação exclusivos do professor, não exigindo autorização, nem dependendo de ação de qualquer instância superior, nas áreas política, administrativa, e/ou técnica.

Elas podem ser implementadas em várias áreas e momentos da atuação do professor: na promoção do acesso ao currículo, nos objetivos de ensino, no conteúdo ensinado, no método de ensino, no processo de avaliação, etc.

Como primeiro passo o professor deverá promover as adaptações que favorecerão o seu Plano de Ensino. Porém o professor deve estar atento para diversidade de seu grupo de alunos.

Seu planejamento, assim, deverá considerar a diversidade, estando alerta para as características individuais, o que envolve:

- a organização do espaço e dos aspectos físicos da sala de aula;
- a seleção, a adaptação e a utilização de equipamento e mobiliários de forma a favorecer a aprendizagem de todos os alunos;

- o planejamento das estratégias de ensino que pretende adaptar em função dos objetivos pedagógicos e conseqüentes conteúdos a serem abordados;
- a pluralidade metodológica tanto para o ensino como para a avaliação;
- a flexibilização da temporalidade.

3.2.8.1 AJUSTES QUE CABEM AO PROFESSOR REALIZAR.

No que se refere aos ajustes que cabem ao professor desenvolver e implementar para garantir o acesso do aluno com necessidades especiais para e a ter uma boa adaptação curricular, deverá:

- Criar condições físicas, ambientais e materiais para a participação do aluno com necessidades educacionais especiais na sala de aula;
- Favorecer os melhores níveis de comunicação e de interação do aluno com as pessoas com as quais convive na comunidade escolar;
- Favorecer a participação do aluno nas atividades escolares;
- Atuar para aquisição dos agrupamentos e recursos materiais específicos necessários;
- Adaptar materiais de uso comum em sala de aula;

- Adaptar sistemas alternativos de comunicação para alunos impedidos de comunicação oral, tanto no processo de ensino e aprendizagem como no processo de avaliação;
- Favorecer a eliminação de sentimentos de inferioridade, de menos valia, ou de fracasso.

Uma das primeiras responsabilidades do professor, quanto à tarefa de garantir o acesso de todos os seus alunos, é promover os ajustes na utilização do espaço. Eles podem ser importantes para permitir que alunos com dificuldade de se locomover ou com problemas de visão, possam se deslocar sem maiores riscos pela sala de aula, para buscar material, interagir com o professor, ou para se reunir a colegas, para trabalho em grupo. Um ajuste na organização do espaço pode se mostrar necessário, mesmo para um aluno que apresente uma necessidade especial temporária, de forma a permitir que todos possam se locomover livremente pela sala de aula e participar produtivamente das atividades.

Para o trabalho em grupo, por exemplo, o professor poderá considerar mais prudente agrupar as carteiras de modo que uma fique “olhando” para a outra, ou seja, reajustar a posição das carteiras, duas a duas, ou quatro a quatro. Esta providência é um ajuste mínimo, que pode em muito favorecer o envolvimento dos alunos nas atividades propostas. Dentre eles, entretanto, pode haver algum que apresente a necessidade de contar com um espaço diametralmente para o assento da carteira sem maiores riscos ou com maior autonomia. Nesse caso, o professor

pode garantir que se abra um espaço mais amplo ao lado da carteira que esse aluno vai ocupar.

A organização das atividades de aprendizagem em pequenos grupos estimula a cooperação e a comunicação entre os alunos, o que é interessante para um aluno com necessidades educacionais especiais.

Cabe, também ao professor, identificar os recursos didáticos especiais que alunos seus possam necessitar, para solicitá-los junto à direção da escola, e com ela procurar soluções para o caso do recurso pretendido não se encontrar ainda disponível na escola.

3.2.9. ADAPTAÇÕES ESPECÍFICAS.

Além das adaptações não significativas têm-se ainda as adaptações mais específicas, que também são de obrigação do professor e irão atender os alunos portadores de necessidades educacionais, dentro da deficiência de cada um.

a) Para alunos com Deficiência Visual.

- Posicionar o aluno de forma a favorecer sua possibilidade de ouvir o professor;
- Dispor o mobiliário da sala de forma a facilitar a locomoção e o deslocamento do aluno, para evitar acidentes, quando este precisar obter materiais ou informações do professor;
- Dar explicações verbais sobre o material abordado em sala de aula de maneira visual, ler, por exemplo, o conteúdo que escreve na lousa;
- Oferecer suporte físico verbal e instrucional para a locomoção do aluno, no que se refere à orientação espacial e à mobilidade;
- Utilizar os recursos e materiais adaptados disponíveis: pranchas, presilhas para evitar o deslizamento do papel na carteira, lupa, material didática de tipo ampliado, livro falado, equipamento de informática, sistema braile, materiais desportivos adaptados como: bola de guizo e outros;
- Boa postura do aluno, evitando-se os maneirismos comumente exibidos pelos que são cegos.

b) Para alunos com Deficiência Auditiva.

Sabe-se que uma das principais vias de construção de conhecimento sobre a realidade, de que o homem dispõe, é a interação social, instância em que a pessoa compartilha experiências lingüísticas, mais ou menos significativas por meio dos quais apreende o significado e a função social dos objetos e dos fenômenos sociais.

Por estar biologicamente impedida de adquirir, de forma natural (sem ensino aprendizagem e formal), a língua portuguesa, a primeira língua da criança surda torna-se uma língua constituída de sinais, construída geralmente no ambiente familiar, e muitas vezes somente nele significativa. É comum sermos informados que “ só a mãe é que consegue falar com ele, só ela é quem entende o que ele está querendo”.

Considerando que toda aprendizagem é mediada pela linguagem, ela será muito melhor sucedida se a língua for compartilhada por todos os que se encontram no processo educacional.

Assim, aprender a língua portuguesa torna-se importante para o aluno surdo no Brasil, como veículo de acesso ao conhecimento sistematizado, embora essa não possa ser a única possibilidade a ela oferecida.

Cabe entretanto, lembrar que se, por algum motivo, o aluno não foi beneficiado pelo ensino da modalidade oral durante a educação infantil, e se estiver, principalmente, com defasagem idade/série no período da alfabetização, deve-se priorizar o uso da língua de sinais e da língua portuguesa escrita.

É necessário destacar que, seja qual for a área de conhecimento, um texto estará sempre presente no ambiente educacional, seja ele materializado na forma oral, na forma escrita, ou na forma sinalizada. Assim, a conversa inicial entre professor e alunos, a ordem para fazer alguma atividade, o enunciado de operações e/ou problemas matemáticos, as piadas, a experiência desenvolvida no laboratório, o livro didático e ou, enfim inúmeras situações cotidianas em sala de aula, constituem textos significativos, estruturados na Língua Portuguesa.

Quando o aluno surdo se deparar com esses textos, poderá ter muita dificuldade o que aponta para a necessidade de se utilizar a língua de sinais, ou outros códigos visuais. A não utilização desses códigos pelo professor, poderá levar o aluno a indiferença, ao isolamento, à agressividade e ao erro. Quando esse fato não acontece é que gera, a exclusão do aluno surdo.

Abaixo algumas providências que podem facilitar o acesso do aluno surdo ao currículo:

- Posicionar o aluno na sala de aula de forma que possa ver os movimentos do rosto (orofaciais) do professor e de seus colegas;
- Utilizar os recursos e outros materiais visuais para favorecer a apreensão das informações abordadas verbalmente;
- Utilizar os recursos e materiais adaptados disponíveis: treinador de fala, tablado, softwares educativos, solicitar que o aluno use a prótese auditiva, etc.;

- Utilizar textos escritos complementados com elementos que favoreçam sua compreensão: linguagem gestual, língua de sinais;
- Apresentar referências importantes e relevantes sobre um texto (o contexto histórico, o enredo, os personagens, a localização geográfica, a biografia do autor, etc.) em língua de sinais, oralmente, ou utilizando outros recursos, antes de sua leitura;
- Promover a interpretação de textos por meio de material plástico (desenho, pintura, murais, etc.) ou de material cênico (dramatização e mímica);
- Utilizar um sistema alternativo de comunicação adaptação às possibilidades e necessidades do aluno: língua de sinais) leitura orofacial, linguagem gestual, etc.

c) Para alunos com Deficiência Mental.

A deficiência mental não é um quadro único, padronizado e caracterizado igualmente em todos os alunos que a apresentam.

Geralmente constitui uma dificuldade de abstração, ou seja, uma dificuldade de operar em nível das idéias, do raciocínio, sem contar com a presença do estímulo concreto. Essa dificuldade pode se apresentar em vários níveis, desde as que se resolvam com algum suporte do professor ou de algum colega, até as que

necessitam de intenso e constante suporte em diferentes instâncias da vida: pessoal, social, educacional, profissional, etc.

A escola regular precisa se organizar para acolher também os alunos com deficiência mental. Além dos ganhos que eles podem obter em seu processo de desenvolvimento e de construção do conhecimento sobre a realidade, a convivência com parceiros coetâneos, na diversidade que constitui a escola, favorece sua socialização.

Assim, faz-se essencial que o professor adote, como primeiro passo de sua relação com esse aluno (bem como qualquer outro), a prática de identificar os conhecimentos que ele já possui como ponto de partida do processo de ensinar. Base para a ampliação e aquisição de novos conhecimentos, em qualquer unidade temática.

Além dessa providência, fundamental para a promoção do acesso do aluno ao conteúdo curricular, há outros mais específicos:

- Posicionar o aluno de forma que possa obter a atenção do professor;
- Estimular o desenvolvimento de habilidades de comunicação interpessoal;
- Encorajar a ocorrência de interações e o estabelecimento de relações com o ambiente físico e de relações sociais estáveis;
- Estimular o desenvolvimento de habilidades de autocuidado;
- Estimular a atenção do aluno para as atividades escolares;

- Estimular a construção de crescente autonomia do aluno, ensinando-o a pedir informações de que necessita, a solicitar ajuda, enfim, a se comunicar com as demais pessoas de forma que estas sejam informadas de sua necessidade e do que esteja necessitando;
- Oferecer um ambiente emocionalmente acolhedor para todos os alunos.

d) Para alunos com Deficiência Física.

Para alunos com necessidades especiais com deficiência física, é necessário as seguintes adaptações curriculares:

- Posicionar o aluno de forma a facilitar o deslocamento na sala de aula, especialmente no caso dos que utilizam cadeiras de rodas, bengalas, andadores, etc.;
- Utilizar recursos ou equipamentos que favoreçam a realização das atividades propostas em sala de aula: pranchas para escrita, presilhas para fixar o papel na carteira, suporte para lápis, presilha de braço, cobertura de teclado, etc.;
- Utilizar os recursos ou equipamentos disponíveis que favoreçam a comunicação dos que estiverem impedidos de falar: sistemas de símbolos (livro de signos, desenhos, elementos pictográficos, ideográficos e/ou outros, arbitrários, criados pelo próprio professor

juntamente com o aluno, ou criado no ambiente familiar, etc) auxílios físicos ou técnicos;

- Utilizar textos escritos complementados por material em outras linguagens e sistemas de comunicação (desenhos, fala, etc.);

Deve-se lembrar que alguns deficientes físicos, poderão apresentar uma deficiência mental, o que deverá ser identificado de imediato para que a escola possa dar, atendimento com uma adaptação própria ao caso.

e) Para alunos com Altas Habilidades (Superdotação).

- Evitar sentimentos de superioridade rejeição dos demais colegas, sentimento de isolamento, favorecendo a instalação de um clima mais favorável, para a ocorrência de interação e o estabelecimento de relações sociais estáveis;
- Pesquisa de persistência na tarefa e o engajamento em atividades cooperativas;
- Explicitar e discutir sobre sentimentos de mágoa e comportamentos de esquiva dos colegas;
- Estimular a persistência na tarefa;
- Estimular o desenvolvimento de pesquisa;

- Materiais escritos de modo que estimule a criatividade: lâminas, pôsteres, murais, inclusão de figuras, gráficos, imagens, etc.;

f) Para alunos com Deficiências Múltiplas.

As adaptações de acesso para esses alunos, devem considerar as deficiências que se apresentam distintamente e a associação de deficiência agrupadas: surdez- cegueira. Deficiência visual- mental, deficiência física- auditiva, etc..

As adaptações de acesso devem contemplar a funcionalidade e as condições individuais do aluno:

- Ambientes de aula que favoreça a aprendizagem, como: ateliê, oficinas;
- Materiais de aula: mostrar os objetos, entregá-los, brincar com eles estimulando os alunos a utilizá-los;
- Apoio para que o aluno perceba os objetos, demonstrem interesse e tenham acesso a eles.

g) Para alunos com Condutas Típicas de Síndromes e Quadros Clínicos.

O comportamento desses alunos não se manifesta por igual, nem parece ter o mesmo significado e expressão nas diferentes etapas de suas vidas. Existem

importantes diferenças, entre as síndromes e quadros clínicos que caracterizam as condições individuais e apresentam mais ou menos limitantes.

Deve-se:

- Encorajar o estabelecimento de relações com o ambiente físico e social;
- Oportunizar e exercitar o desenvolvimento de suas competências;
- Estimular a atenção do aluno para as atividades escolares;
- Utilizar instruções e sinais claros simples e contingentes com as atividades realizadas;
- Oferecer modelos adequados e corretos de aprendizagem (evitar alternativas do tipo “ aprendizagem por ensaio e erro”);
- Favorecer o bem estar e emocional.

3.3.DIVERSIFICAÇÃO CURRICULAR.

Alguns alunos com necessidades específicas revelam não conseguir atingir os objetivos, conteúdos e componentes propostos no currículo regular ou alcançar os níveis mais elementares de escolarização. Essa situação pode decorrer de dificuldades orgânicas associadas a déficits permanentes e muitas vezes, degenerativas que comprometem o funcionamento cognitivo, psíquico e sensorial, vindo a construir deficiências múltiplas graves.

E baseado nisso, que verifica-se a necessidade de reduzir adaptações significativas no currículo para atendimento dos alunos e indica conteúdos curriculares de caráter mais funcional e prático levando em conta as suas características individuais.

Conforme as adaptações, se forem de muita expressividade, requer um currículo especial. Comumente envolvem atividades relacionadas a preparação para uma vida de independência, não levando em conta as aprendizagens acadêmicas, mesmo diante dos esforços persistentes empreendidos pela escola.

Currículos adaptados ou elaborados de modo tão distintos dos regulares implicam adaptações significativas extremas.

A elaboração e a execução de um programa dessa natureza, devem contar com a participação da família e ser acompanhadas de um criterioso e sistemático processo de avaliação pedagógica e psicopedagógica do aluno, bem como da eficiência dos procedimentos pedagógicos empregados na sua educação.

3.4. SISTEMA DE APOIO.

Pode-se definir apoio como recursos estratégicos que promovem o interesse a as capacidades da pessoa, bem como oportunidades de acesso a bens e, serviços, informações e relações no ambiente em que vive. O apoio tende à favorecer a autonomia, a produtividade, a integração e a funcionalidade no ambiente escolar e comunitário.

São elementos de apoio: as pessoas (familiares, amigos, profissionais, colegas, monitores, orientadores, professores e itinerantes em sala de recursos); os recursos físicos, materiais e ambientais; as atitudes, os valores, as crenças, os princípios; as deliberações e decisões políticas, legais e administrativas; os recursos técnicos e tecnológicos; os programas e serviços de atendimento genéricos e especializados.

As decisões de apoio, devem considerar as situações em que o apoio deve ser prestado: dentro ou fora da sala de aula, em grupo ou individualmente, prévia ou posteriormente às atividades de ensino- aprendizagem regulares.

Há diversas modalidades de apoio, sendo algumas mais válidas e adequadas para certos alunos e determinado tipo de necessidades especiais do aluno, das áreas curriculares focalizadas, das metodologias adaptadas, etc.

As decisões sobre modalidades de apoio devem ser compartilhadas pelas pessoas envolvidas com os alunos, havendo um consenso entre os educadores e profissionais, para o trabalho pedagógico e ação conjunta.

3.5. DOCUMENTOS DE REGISTROS DAS ADAPTAÇÕES CURRICULARES

Após a decisão de se realizar as adaptações curriculares e de acesso ao currículo para o aluno Portadores de Necessidades Educacionais Especiais, é necessário que se registrem as adaptações indicadas, conforme se pede nos Parâmetros Curriculares Nacionais/ Adaptações Curriculares/ Estratégias para a Educação de Alunos com necessidades Educacionais Especiais . Trata-se de um documento individual, uma vez que as necessidades especiais de cada aluno são diferentes. Deve-se então elaborar o Relatório Individual de Adaptações Curriculares, contendo as seguintes informações:

- 1) Identificação do aluno: nome, data de nascimento, filiação, endereço, telefone, tipo e grau de deficiência que possui;
- 2) Informações sobre a Escolarização: estabelecimento de ensino atualmente matriculado, contendo série e nível; dados anteriores à escolarização ("vida particular"); apoio especializado ou não especializado atual e anterior para a escolarização;
- 3) Informações sobre o atendimentos ou tratamentos recebidos atualmente e no passado;
- 4) Indicação das Adaptações Curriculares anteriores;
- 5) Necessidades atuais de Adaptações Curriculares e/ou de Acesso ao Currículo;

- 6) Período indicado para as adaptações , duração prevista para o curso e nível;
- 7) Modalidade de apoio (atendimento itinerante, sala de recursos, etc.)
- 8) Critérios de avaliação adotadas;
- 9) Fontes documentais utilizadas- pareceres, laudo, relatórios, histórico escolar, dentre outros podem ser anexados ao Relatório Individual das Adaptações Curriculares;
- 10) Equipe responsável pela indicação das adaptações- registrar os nomes dos integrantes do grupo proponente das adaptações e as funções exercidas na Instituição. Identificar profissionais envolvidos (se houver) suas profissões e o tipo de atuação com o aluno.
- 11) O Relatório Individual de Adaptação Curricular, deve compor a Pasta Individual do Aluno (inclusive para acompanhar transferência, devendo ficar acessível aos seus professores familiares e órgãos de inspeção escolar.
- 12) O documento deverá levar a assinatura: da equipe envolvida nas decisões, do diretor e secretário do estabelecimento, de ensino e do aluno e/ou responsável.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Com este trabalho pretende-se introduzir aos interessados em Educação Especial, mais especificamente em Adaptações Curriculares, que não se trata de oferecer a educação especial como modalidade educacional distinta de outra, dita comum ou regular. Muito menos de organizar currículos específicos por área de manifestação de deficiência ou de qualquer outra dificuldade de aprendizagem.

As adaptações curriculares são medidas pedagógicas adaptadas em diversos âmbitos: no nível do projeto pedagógico da escola, da sala de aula, das atividades e somente quando absolutamente necessário, aplicam-se ao aluno individualmente. Visam ao atendimento das dificuldades de aprendizagem e das necessidades especiais dos educandos e ao favorecimento de sua escolarização. Consideram os critérios de competência acadêmica dos alunos, tendo como referência o currículo regular e buscam maximizar as suas potencialidades, sem ignorar ou sublevar as limitações que apresentam e suas necessidades especiais.

As escolas inclusivas, ou escolas para todos pressupõe a igualdade de oportunidades de apropriação do saber, do saber fazer e do saber ser, indiscriminadamente.

Para tanto, o currículo deve ser adaptado, segundo as necessidades de cada aluno, o que não quer dizer que se tenha que construir tantos currículos quantos forem as manifestações educativas especiais dos alunos.

Se faz necessário que todos caminhem para que se evidenciem os acertos e os desacertos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ANAIS DO III SEMINÁRIO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL- Adaptações Curriculares 28 e 31 de Julho de 1998- Universidade do professor Faxinal do Céu- PR. SEED/PR-DEE.

BLANCO, I E FERNANDES, S. Falando de Integração. Rio de Janeiro, SME, 1997.

BRASIL, MEC- Parâmetros Curriculares Nacionais. Introdução/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília; MEC/SEF, 1997.

_____Parâmetros Curriculares Nacionais- Adaptações Curriculares- estratégias para a educação de alunos com Necessidades Educacionais Especiais- Brasília: MEC/SEF/SEESPO,1998.

PROJETO ESCOLA VIVA- Garantindo o acesso a permanência de todos os alunos na escola. Alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília – Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2000- Vol. 5 – Adaptações Curriculares de Grande Porte.

_____Vol. 6- Adaptações Curriculares de Pequeno Porte .

VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fonte, 1998.

www.tvbrasil.com.br/salto/boletins2003/gei/tetxtl.

www.ines.org.br/ines_livros/17/17_003.HTM- Adaptações Curriculares.

www.cnot.../report_educacao_inclusiva_rio_janeiro_pt_htm Adaptação Curricular,
Cristina Nacif Alves- Educação Inclusiva no sistema regular de Ensino.

www.acessibili...report_educacao_inclusiva_brasil_pt.htm.- PANORAMA NACIONAL
DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL- Elaborado por Rosana Glat- Julio
Romero. Ferreira